

Com a recém-criada Sadia Halal, MBRF expande atuação no mundo árabe



Alexandre Maioral, da Oracle Brasil: os que pensam que IA é "hype" ficarão para trás



A disputa entre startups russas para conquistar os usuários de patinetes



# ISTO É Dinheiro

Edição 6 - 31/10/25



## MINÉRIOS DO FUTURO

O acordo entre China e Estados Unidos sobre terras raras evidencia a importância dessas matérias-primas estratégicas para os setores de tecnologia, defesa e automóveis, em um cenário que também envolve o Brasil, dono da segunda maior reserva do planeta

ISTO É  
sustentável

# COP 30

**UMA VITRINE INTERNACIONAL**

Acompanhe a cobertura  
do evento histórico em  
[sustentavel.istoe.com.br](https://sustentavel.istoe.com.br)



## Editorial

### Nova corrida do ouro

Ponto alto do extenso périplo asiático cumprido pelo presidente americano Donald Trump, o encontro com seu homólogo chinês Xi Jinping, na quinta-feira, 30, trouxe para o palco global o debate em torno das terras raras. No encontro, Trump e Jinping acertaram pendências e atenuaram as tensões em torno das exportações desses minérios da China para os Estados Unidos. Trata-se de um conjunto de elementos minerais de refino complexo cruciais para os setores de defesa, energia, automóveis e eletrônicos em geral. Hoje, o maior produtor mundial dessas matérias-primas é a China, daí a queda de braço com os Estados Unidos.

Apesar da disputa sino-americana, o Brasil tem papel importante nesse



EVELYN HOCKSTEIN/REUTERS

Donald Trump e Xi Jinping fecharam acordo na Coreia do Sul sobre terras raras

jogo, pois detém a segunda maior reserva do planeta, distribuída em vastos depósitos em Minas Gerais e Goiás. No entanto, o país ainda carece de tecnologias para exploração e refino e desenvolvê-las envolve tempo e substancial volume de recursos. Há atalhos, como

parcerias internacionais envolvendo acordos de exploração com transferência de tecnologia, mas também com seus custos e implicações de longo prazo. Frente a um cenário promissor, cabe ao Brasil fazer as melhores escolhas com vistas ao futuro.

## Índice

- 4 ENTREVISTA
- 6 ECONOMIA
- 8 BRASIL
- 12 INTERNACIONAL
- 14 NÚMEROS DA SEMANA
- 15 FINANÇAS
- 19 EMPRESAS
- 25 ESG
- 29 RURAL
- 31 AUTO
- 35 ESTILO DE VIDA
- 37 O MELHOR DAS REDES
- 38 PALAVRA POR PALAVRA
- 39 COLUNA

CAPA: MONTAGEM COM IMAGEM GERADA POR IA E FOTOS DE TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL, EDUARDO FRAZÃO E DIVULGAÇÃO

## Expediente

**ISTOÉ**  
publicações

**ISTOÉ PUBLICAÇÕES LTDA.**  
CEO E DIRETOR EDITORIAL:  
Daniel Hessel Teich

**Dinheiro**

EDITORA: Érica Polo  
DIRETOR DE ARTE: Alexandre Akermann  
DESIGNER: Mayara Novais  
DIRETOR DE MERCADO LEITOR  
E LOGÍSTICA: Edgardo A. Zabala  
[www.istoe.com.br](http://www.istoe.com.br)  
Instagram: @revistaistoe  
YouTube: [m.youtube.com/@revistaISTOE](https://m.youtube.com/@revistaISTOE)  
X: @revistaISTOE  
TikTok: @revistaistoe  
LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/istoe/>

**Redação e correspondência:**  
Rua Iguatemi, 192, 19º andar, Itaim Bibi,  
São Paulo, SP, CEP 01451-010  
ISTOÉ – A SEMANA é uma publicação semanal de ISTOÉ PUBLICAÇÕES LTDA., empresa detentora das marcas ISTOÉ e coligadas, tanto em plataformas digitais como meios impressos. A empresa não tem qualquer vinculação editorial e societária com a EDITORA TRÊS COMÉRCIO DE PUBLICAÇÕES LTDA. (em liquidação judicial)



SÁBULO CRUZ/AGÊNCIA SENAVDO

Ivete da Silveira, a criadora da "Super MEI"



FOTOS DIVULGAÇÃO

Prédio com grife Daslu: marca poderosa



BRYAN BEEDER/AFP

Bill Gates fala sobre o aquecimento global

# “IA não é só hype”

Alexandre Maioral, presidente da Oracle no Brasil, diz que muitas empresas ainda esbarram em questões culturais ao adotar novas tecnologias, e a inteligência artificial deve ser usada com propósito

*O foco deve ser encontrar casos de uso que colaborem com o negócio, e não apostar em IA “só por fazer”, por modismo*



FRAZAO

Desde o lançamento do ChatGPT no fim de 2022, a nova fase da inteligência artificial tem provocado debates intensos no mundo corporativo. De um lado, otimistas vêem nela um motor de produtividade. De outro, alguns ainda enxergam o fenômeno como um modismo. Para Alexandre Maioral, presidente da Oracle Brasil, o avanço da IA é inevitável. “Quem não entender as mudanças vai ficar para trás”, disse em entrevista a IstoÉ Dinheiro. Na conversa, Maioral comenta ainda a atual estratégia de negócio da Oracle Brasil e dá sua visão sobre o plano de incentivo à construção de data centers no País.

**André Cardozo**

***A inteligência artificial ainda divide opiniões no mundo corporativo. Há estudos que dizem que a adoção tem sido forte, outros apontam que ela ainda está atrás das previsões mais otimistas, principalmente quando consideramos o retorno sobre investimento (ROI). Qual a visão da Oracle sobre essa tendência?***

Recentemente tem havido muita discussão sobre uma suposta ‘bolha da IA’. Não acredito nisso. Creio que há sim uma forte demanda por essa tecnologia.

A maior resistência que vejo é de ordem cultural. Algumas pessoas ainda acreditam que a IA é só um hype. Já ou-

vi de pessoas da área de negócio frases como “já temos muito sucesso, chegamos até aqui, somos líderes, por que vou fazer diferente?”. Então há uma sensação de que a liderança será pelo resto da vida. Mas acredito que com os avanços recentes essa percepção vai mudar rapidamente. E quem não entender as mudanças vai ficar para trás.

O detalhe é que a IA tem que ser usada com propósito. Nossa orientação aqui na Oracle para os clientes é não fazer IA ‘só por fazer’, ou seja, não criar projetos de IA apenas porque ‘é bonito ou está na moda’. O foco deve ser sempre achar casos de uso que colaborem com o negócio da empresa, melhorando

a produtividade e trazendo novas fontes de receita, ou aumentando a receita existente. Nesse sentido, essa adoção está sendo feita em etapas. Na primeira, temos sem dúvida mais produtividade e experiência melhor para os clientes. É nessa que muitas empresas já estão.

### **Pode dar algum exemplo?**

Posso citar aqui uma implementação simples, que é melhorar a experiência em plataformas de atendimento ao cliente. Aquela coisa de você ligar, passar 3 vezes o número do CPF, falar com vários atendentes. Isso é algo que já está sendo impactado, seja por meio de chatbots ou de modelos mais sofisticados de atendimento com IA. É um exemplo simples, mas que já impacta muita gente. E, do lado das empresas, reduz custo, tempo de atendimento e libera atendentes para realizar um suporte mais qualificado.

Como uma evolução desse modelo, algumas empresas já fazem a transcrição dos atendimentos. E a partir daí é possível aplicar IA para ter uma camada a mais de sofisticação, com análise de sentimento, palavras-chave etc. E já estamos evoluindo também para agentes virtuais que usam voz para conversar em tempo real com o cliente. Esses agentes conseguem detectar sotaques e reagir instantaneamente.

A partir daí, começamos a entrar em um mundo de possibilidades, que aos poucos começa a se tornar realidade. É o potencial da IA para realmente transformar setores como saúde, agricultura, engenharia e outras áreas. Resumindo, creio que há muitas empresas já se beneficiando da IA. Mas muitas ainda meio perdidas, ainda na fase de 'fazer por fazer'.

***A Oracle entrou com algum atraso na corrida da nuvem pública e hoje ainda está longe dos líderes do mercado. Porém, nos últimos dois anos a companhia tem se tornado mais agressiva nesse setor, especialmente devido a contratos para fornecer infraestrutura para outras big techs. Como a Oracle Brasil se encaixa neste contexto?***

Não divulgamos dados de contratos por país. Mas é claro que a Oracle Brasil não tem os acordos bilionários firmados nos Estados Unidos, com empresas co-



FRAZAO

mo a OpenAI, o TikTok, a Meta, a Microsoft e outras gigantes como essas.

Mas, na América Latina como um todo, tivemos um forte crescimento da nuvem. Há três anos tínhamos 20% da receita vinda de nuvem, contra 80% da área mais tradicional de licenciamento de software de banco de dados. Hoje isso se inverteu: 85% da receita vem da nuvem. E já de algum tempo para cá a nuvem da Oracle não é só para grandes corporações. Temos uma grande quantidade de startups que vêm adotando a nossa plataforma.

***Qual é a sua avaliação sobre o plano nacional de estímulo à construção de datacenters (Redata)?***

Vejo como um avanço, não apenas para a Oracle, mas para o Brasil. Atualmente, qualquer investidor na área de

datacenters no Brasil tem que lidar com taxas e impostos muito agressivos. Nesse sentido, o Redata vem com uma redução de impostos relevante como parte da estratégia do governo de atrair investimentos. Isso tende a gerar uma série de benefícios, incluindo mais empregos, além de incluir o Brasil na rota das aplicações de inteligência artificial.

Então estamos nessa fase agora do detalhamento técnico. E há perguntas a serem respondidas. Ainda é necessário definir se o plano vai valer apenas para hyperscalers do setor de cloud, ou para qualquer empresa que exporte hardware. Há também detalhes na questão do percentual de cargas de dados nacionais que devem rodar nesses datacenters, assuntos relacionados a aporte em educação. São alguns dos detalhes que ainda estão sendo acertados. Como outras empresas, acompanhamos de perto. **D**

*Projeto de lei foi proposto  
pela senadora Ivete da  
Silveira em março deste ano*



SAUL LO CRUZ/AGÊNCIA SENADO

# Um passo do “Super MEI”

Projeto que reduz a carga fiscal para microempreendedores caminhou no Senado, mas ainda espera sinal verde de comissão. Segmento movimenta R\$ 70 bilhões por ano

**E**ntre as votações mais esperadas desta reta final de 2025 está o projeto de lei que mudará o enquadramento tributário do Microempreendedor Individual (MEI). A proposta, que passou há poucos dias pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal – e está em análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa –, eleva a receita anual de R\$ 81 mil para R\$ 140 mil para o enquadramento como MEI. Se aprovada, a proposta PLP

60, de 2025, valerá já a partir do próximo ano. Batizado como “Super MEI”, vai criar uma nova faixa diferenciada de contribuição tributária. Ou seja, os microempreendedores que integram essa faixa de receita anual vão desembolsar o correspondente à alíquota de 8% sobre o salário mínimo mensal pago por meio do Documento de Arrecadação Simplificada (DAS) – o qual inclui impostos municipais, estaduais e garante benefícios como aposentadoria e auxílio-doença.

Já para os que ganham até R\$ 81 mil, a alíquota permanece fixada em 5% sobre o salário mínimo. A comissão do Senado que já avaliou o projeto, a CAS, excluiu dois pontos do texto original. Um era a atualização anual do limite pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o índice oficial de inflação no Brasil, e, o outro, a possibilidade de o microempreendedor ter até dois empregados – hoje pode ter no máximo um funcionário. Mas as emendas do re-

*PL agora está nas mãos dos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos*



SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO

lador suprimem essas duas alterações da legislação, informou o próprio Senado. A Secretaria da Receita Federal informou que a correção automática do valor de enquadramento e a possibilidade de contratação de até dois empregados teriam impactos previdenciários significativos. Assim, optou-se por manter no projeto apenas a mudança no limite de faturamento. O PLP 60 foi proposto pela senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) no primeiro semestre deste ano.

Os empreendedores desse perfil movimentam cerca de R\$ 70 bilhões ao ano na economia brasileira, dado do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Um levantamento do DataSebrae aponta que mais de três milhões de MEIs foram criadas até o final de julho de 2025. Na Receita Federal são 15,6 milhões de MEIs registradas ao todo. O número de integrantes desse universo no Brasil dobrou em

alguns anos. Para efeito de comparação, em 2018, eram 7,8 milhões de empreendedores com esse registro. O setor de serviços é o líder de empresas abertas no ano, com 1,9 milhão de MEIs. A lista é longa e diversificada. Por segmento, o de transporte rodoviário de carga reúne 166.060 MEIs abertas, seguido por atividades de malote e entrega, com 153.852 e, na terceira colocação, estão as empresas de atividades de publicidade, com 147.824. Além destes segmentos de negócios pode-se citar, ainda, o de cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza, atividades de ensino, fotocópias e preparação de documentos, restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas, comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, atividades auxiliares de transportes terrestres não especificadas e serviços especializados em construção. **D**

## Efeito de R\$ 1 bilhão

Relatório da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, de outubro, calcula que o impacto fiscal da proposta que isenta de Imposto de Renda (IR) quem recebe até R\$ 5 mil, tal como aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados, vai gerar um impacto fiscal negativo de R\$ 1 bilhão por ano. O documento aponta que a versão original do projeto de reforma do IR, enviada pelo governo federal, previa um superávit fiscal de R\$ 9 bilhões por ano. Contudo, após trâmite, esse valor caiu para R\$ 4,3 bilhões, devido à exclusão de novas fontes da base do imposto mínimo, o que reduziu o potencial de compensação.

Na análise da IFI, a mudança mais recente feita na Câmara gerou o impacto fiscal negativo de R\$ 1 bilhão: deve-se à inclusão “da parcela isenta da atividade rural entre as exclusões do imposto mínimo”. “De forma agregada, as estimativas sugerem que o conjunto de medidas do IRPF [imposto de renda pessoa física] – no projeto original e na versão aprovada pela Câmara – tendem à neutralidade fiscal, condicionada à efetiva arrecadação das medidas compensatórias e ressalvando-se a elevada sensibilidade dos resultados às premissas comportamentais adotadas”, diz o relatório da instituição. Em paralelo, a Consultoria de Orçamento do Senado Federal refez os cálculos do projeto de isenção do IR aprovado na Câmara, e reduziu a estimativa de déficit, em um período de três anos, de R\$ 16,2 bilhões para R\$ 12,3 bilhões.



*Elementos existem em abundância, a raridade está ligada à capacidade de extração e refino*

# Os minérios do futuro

O acordo entre China e Estados Unidos em torno das terras raras evidencia a importância dessas matérias-primas estratégicas para os setores de tecnologia, defesa e automotivo – e chama a atenção para o Brasil, que é dono da segunda maior reserva do planeta

*Érica Polo e Luma Venâncio*

Depois de um longo périplo pela Ásia, o presidente norte-americano Donald Trump coroou sua turnê com um encontro com o líder chinês Xi Jinping na Coreia do Sul. Depois de semanas de trocas de farpas, ameaças e retaliações comerciais, os dois representantes dos países mais poderosos do mundo fecharam um acordo, que têm como protagonista um grupo de minerais especiais conhecidos genericamente como terras raras – 17 elementos químicos que servem como matérias-primas para indústrias estratégicas como a tecnológica, automotiva e de defesa. Em meio ao imbróglio, o Brasil, que já vinha trabalhando na atualização de sua política para o setor mineral de olho em atender às demandas de transição energética, resolveu lançar o segmento à mesa de negociações que discutirão as tarifas aplicadas pelos Estados Unidos contra os produtos brasileiros. A questão é se o país tem (ou terá) condições num futuro próximo para ser um protagonista no debate global relacionado à cadeia de produção de matérias-primas tão específicas.

O Brasil é a segunda maior reserva de terras raras do mundo, atrás apenas da China, com 21 milhões de toneladas – ou 23% das reservas globais – distribuídas por cinco estados-chave, onde estão localizadas as principais jazidas, em Minas Gerais, Goiás, Amazonas, Bahia e Sergipe. Os chineses detêm 90%

do mercado global de processamento de minerais raros. Esses elementos são encontrados como produtos secundários em depósitos de outros bens minerais, sobretudo nos de nióbio e fosfato. As mineiras Araxá e Tapira, onde diversas companhias de mineração já atuam, além de Minaçu, em Goiás, são locais apontados como relevantes na lista de municípios com potencial elencada pelo Serviço Geológico do Brasil, empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Vale dizer que apesar do termo “raras” que os batiza, esses recursos existem em abundância. A raridade está em deter a tecnologia para a extração e o refino.

Como a chave está nas mãos da China, reduzir a dependência daquele país é um ponto fraco para Trump, e por isso se tornou um dos objetivos (quase uma fixação) para o republicano, evidenciada em seu recente tour pela Ásia e Oceania, onde acaba de fechar acordos comerciais para garantir a obtenção desses minerais com os governos da Austrália e do Japão – antes mesmo do encontro com Xi. Vale lembrar que um acordo em moldes similares foi celebrado com a Ucrânia em abril.

Apesar do entendimento desta quinta, 30, Estados Unidos e China vivem em queda de braço em nome da segurança nacional há tempos, e uma notória escalada tornou-se evidente a partir de setembro deste ano. Ao final

daquele mês, Trump assinou determinação com a finalidade de estabelecer o controle da operação do TikTok no país por meio de gigantes americanas, enquanto a então controladora chinesa ByteDance seguirá no negócio com uma fatia minoritária, de 20%. Pouco tempo depois, já na primeira quinzena de outubro, o ministério de comércio chinês anunciou novas medidas para controlar as exportações de itens e tecnologias relacionadas às terras raras. A resposta americana veio: 100% de tarifas para produtos chineses. Nesse processo de quem manda mais entre os dois líderes globais, os países arrefeceram o discurso, o que acabou resultando no acordo desta quinta-feira na Coreia do Sul. É uma negociação temporária, que estabelece trégua de um ano para a guerra comercial entre as duas maiores economias do planeta. Trump aceitou recuar em relação às tarifas sobre a China em troca de Pequim reprimir o comércio ilícito de fentanil, retomar compra de soja dos norte-americanos e, claro, manter o fluxo de exportações de terras raras.

Em meio às contendas sino-americanas, o assunto ganhou temperatura no Brasil. Em outubro, Lula ressuscitou o Conselho Nacional de Política Mineral, criado em 2022, o qual se reuniu pela primeira vez só agora – e incluiu na agenda os desafios para a exploração de terras raras. Antes mesmo de ocorrer a reunião entre Lula e Trump na Malásia,

*Xi e Trump:  
encontro na Coreia  
do Sul resultou em  
trégua temporária  
na guerra comercial*

ICHIRO BANNO/REUTERS



EVELYN HOOKSTEIN/REUTERS

em 27 de outubro, ficou público, ainda, o encontro marcado entre o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, com autoridades americanas. Silveira embarca para Toronto, no Canadá, neste final deste mês para tratar do tema em um evento que vai reunir os ministros da pasta de energia e meio ambiente do G7 para debater aspectos de segurança, resiliência e tecnologias. Em outra frente, o encarregado de negócios dos Estados Unidos no Brasil, Gabriel Escobar, participou de uma série de reuniões na terça, 28 de outubro, com mineradoras, cujo objetivo era negociar parcerias relacionadas aos minerais críticos e estratégicos. “O momento é muito delicado no processo de negociação, mas também bastante estratégico para que o Brasil defina como se colocará nesse jogo”, avalia Denilde Holzacker, cientista política e professora de relações internacionais da ESPM.

Como cautela é o nome do jogo nas relações diplomáticas, dificilmente os Estados Unidos deixarão de tentar garantir o suprimento desses elementos. A via para negociações já se abriu. O ponto desafiador é que, considerada apenas a barganha pelo tarifaço – os 50% impostos pelos Estados Unidos a setores brasileiros exportadores em julho de 2025 –, os negociadores brasileiros decidirão agora com olho no futuro. Se o Brasil trocar a capacidade de exploração e refinamento de minerais raros (que ainda precisará ser desenvolvida a partir de volume significativo de investimentos) por tarifas pontuais, pode-se contabilizar perdas em longo prazo. “A complexidade da negociação envolve entender qual é o modelo a ser escolhido”, continua a cientista política.

Especialistas do segmento projetam de quatro a vinte anos para avanços. “Se o Brasil decide, hoje, montar um refino de terras raras, a demora será de quatro anos, pelo menos, para entrar em operação – se não levar mais tempo”, disse Fernando Gomes Landgraf, professor do Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da Escola Politécnica (Poli) da USP. O processo de mineração, inclusive, pode levar mais tempo se considerados os estudos para a obtenção de licenças como a ambiental, por exemplo. Do ponto de vista tecnológico, o Brasil levaria de 15 a 20 anos para conseguir



*Denilde Holzacker, da ESPM, diz que momento é estratégico para definir papel no jogo*

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

chegar a uma metodologia própria para o refino de terras raras. A avaliação é de engenheiros do setor, considerada a complexidade dos processos químicos, a defasagem nacional em separação e purificação desses materiais, bem como o conjunto de desafios para acelerar as licenças necessárias, escreveu Adalberto Junqueira, gestor da unidade de negócios da Tractebel Brasil, Chile e Canadá em um artigo elaborado para o site da IstoÉ Dinheiro.

Parte dos desafios está na “encruzilhada diplomática”, destaca Junqueira. As decisões precisarão equilibrar soberania, pragmatismo e oportunidades de desenvolvimento. “Um acordo com os Estados Unidos pode oferecer financiamento e proteção política; uma parceria com a China poderia encurtar o caminho até o refino – desde que envolvesse cláusulas claras de transferência de conhecimento, conteúdo local e capacitação de mão de obra no Brasil”, continua o especialista da Tractebel, uma multinacional de engenharia divisão da Engie. Holzacker, da ESPM, lembra que a China vinha tentando persuadir o Brasil a firmar acordos na área para aprofundar a exploração mineral.

Mais um entrave significativo é destacado, mas do ponto de vista ambiental. A lei brasileira para mineração de terras raras ainda segue trâmites exigidos para minérios convencionais, sem especificações. Como muitos depósitos estão

perto de áreas urbanas, mesmo sendo menos agressivos do que ferro ou níquel, segue o especialista da Tractebel, mineração de terras raras exige cuidados específicos – o que eleva exigências técnicas no processo de extração. Tramita em Brasília o Projeto de Lei 2780, proposto em 2024, com o objetivo de posicionar o país como líder em fornecimento de minerais essenciais para a economia verde, o que acrescenta as terras raras. O governo federal quer lançar a política até o final deste ano, já refletindo um olhar para a crescente demanda global e à necessidade de reduzir dependência externa. O projeto considera incentivos fiscais, crédito facilitado e exige aportes em pesquisa e inovação.

Também ganham expressão os movimentos feitos pelo setor privado e universidades. Por meio do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), companhias anunciaram, há poucos dias, o plano de investir US\$ 2,17 bilhões em projetos de terras raras entre 2025 e 2029. O volume de recursos é 49% superior ao anunciado anteriormente para 2024 e 2028. “As ocorrências de terras raras no Brasil despertaram o interesse comercial de várias mineradoras, que têm projetos por aqui. Há mais de dez projetos de mineradoras em andamento no país”, resume Landgraf, da USP. Na corrida pelo negócio, a australiana St George Mining é uma das companhias que anunciou aportes recentes. Em ou-

## Terras raras, data centers e etanol

O governo brasileiro articula uma reação diplomática e comercial para reverter as sobretaxas impostas pelos Estados Unidos para setores brasileiros em julho último, em vigor desde agosto. Foi tema do encontro entre os presidentes Lula e Trump no último domingo, 26, na Malásia. Por ora não houve, ainda, resultado prático. Mas o encontro foi importante para a retomada das relações entre os países, arranhadas desde meados do ano. A questão política envolvendo defesa ao ex-presidente Jair Bolsonaro, por parte de Trump, foi utilizada, mas o pano de fundo para o embate é de natureza comercial e geopolítica. Vale lembrar que pouco antes da determinação de tarifas de 50% ao Brasil pelos Estados Unidos, Lula havia dito, publicamente, que os países do BRICS haviam decidido retomar um projeto de moeda comum – dispensando o uso do dólar.

A reunião entre Lula e Trump, resultado de um breve encontro em evento da ONU em Nova York, em setembro, quando o americano disse ter ocorrido “química” entre os mandatários, foi avaliada como “positiva” pelo norte-americano. “Tive uma ótima reunião com o presidente Trump. Discutimos de forma franca e construtiva a agenda comercial econômica bilateral. Acertamos que nossas equipes vão se reunir imediatamente para avançar na busca de soluções para as tarifas e as sanções contra as autoridades brasileiras”, escreveu Lula. No cardápio de ativos estratégicos para resolver as questões comerciais, o Brasil sugere parcerias em terras raras, a instalação de data centers de empresas americanas e a redução de barreiras à importação de etanol dos Estados Unidos.



*Silveira, de Minas e Energia: encontro com representantes norte-americanos no Canadá*

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

tubro, informou ao mercado sobre a construção de um centro tecnológico em parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, vinculado ao Ministério de Educação, em Araxá – um dos locais de destaque das reservas brasileiras. A ideia é que após cinco anos de operações o local seja assumido pela instituição atrelada ao governo federal. A mineradora australiana, que integra a crescente onda de movimentação no Ocidente para diversificar fontes e reduzir a dependência da China, confirmou ter descoberto em setembro uma jazida de terras raras e nióbio no âmbito de seu Projeto Araxá, comprado pela companhia em fevereiro deste ano, e com potencial para produzir até 20 mil toneladas anuais de nióbio e terras raras. Na região opera também a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), um destaque brasileiro no setor controlado pela família Moreira Salles, conhecida globalmente pela produção e venda de produtos e tecnologia de nióbio. A companhia extrai, processa e desenvolve aplicações para o metal.

Em paralelo às movimentações no Brasil, a relação entre China e Estados Unidos ainda deve ter um peso crucial na cadeia global. Mesmo com o acordo firmado nesta semana, o grau de incertezas envolvendo as duas potências é grande. Os acordos recentes firmados por Trump podem ter reduzido (em

curto e médio prazos) o peso do Brasil se considerada a necessidade americana, dizem especialistas. Mas em longo prazo trata-se de um negócio estratégico em nível global – e que os brasileiros não podem mais deixar de lado. “Nós temos um bom minério. O disprósio é um elemento químico necessário para os motores”, cita o professor da USP. Trata-se de um componente essencial para a fabricação de ímãs que estão entre os mais poderosos do mundo por suas propriedades magnéticas únicas (e que permitem a produção de tecnologias potentes vitais para a transição energética), empregados em motores de carros elétricos, geradores de turbinas eólicas e sistemas de mísseis e aviões de caça – para citar alguns usos.

Colocar as terras raras na mesa, diante de Trump, não deve (ao menos por ora) afetar as relações entre Brasil e China, na visão de especialistas consultados. É uma preocupação que está na pauta dos negociadores, independentemente do ponto de vista político ideológico, mas considerados os interesses puramente comerciais. Basta observar as cifras: em 24 anos, as trocas comerciais entre chineses e latino-americanos – e o papel do Brasil é estratégico –, saltou de US\$ 10 bilhões em 2000 para mais de US\$ 500 bilhões em 2024, cifra alcançada pela primeira vez. O dado foi entregue pelo próprio presidente chinês em maio deste ano. **D**

# Dinheiro no mundo

As notícias que se destacaram no noticiário internacional

## Estados Unidos

### Mais energia nuclear para abastecer demanda criada por IA

O governo dos Estados Unidos assinou um acordo de associação estratégica de US\$ 80 bilhões (R\$ 429 bilhões) para aumentar a geração de energia nuclear destinada a abastecer o setor da inteligência artificial (IA), anunciou a companhia Westinghouse, pertencente à Brookfield Asset e Cameco, nesta semana. O governo americano vai financiar a construção de novos reatores, e é o maior investimento de Washington em energia nuclear desde que Donald Trump retornou à presidência do país, em janeiro.

## Venezuela

### E o petróleo?

Navios de guerra norte-americanos se posicionaram no Caribe nesta semana como parte de uma operação antidrogas – a Venezuela afirma, contudo, que os Estados Unidos têm como objetivo a queda do presidente venezuelano Nicolás Maduro. Em meio às narrativas de governos, surge dúvida relacionada à continuidade das operações das petrolíferas na região, onde fica uma das maiores reservas de óleo do mundo. Tudo indica que a atividade segue. Os navios da norte-americana Chevron não pararam, pois o governo americano deu permissão para sua operação ali, e tampouco os chamados ‘shadow tankers’ (navios fantasmas, na tradução do inglês), que são embarcações usadas por países sujeitos a sanções econômicas internacionais como Rússia, Irã e a própria Venezuela.

**Finlândia**

## Nokia vende participação para americana Nvidia

A Nvidia vai adquirir uma participação de 2,9% na empresa finlandesa de equipamentos de telecomunicações Nokia por US\$ 1 bilhão (ou R\$5,36 bilhões), anunciou a empresa europeia na terça-feira, 28, enquanto suas ações subiam quase 20%. O investimento se soma à parceria estratégica entre ambas as empresas para desenvolver quinta e sexta gerações de telefonia móvel (5G e 6G) utilizando chips da Nvidia. A companhia finlandesa busca ampliar sua presença no mercado de IA e nuvem, com soluções de redes alinhadas a centros de dados.

**China**

## Inteligência artificial eleva venda de smartphones

A fabricante chinesa de smartphones Oppo notou que novos recursos de inteligência artificial (IA) em telefones estão ajudando a impulsionar a demanda pelos aparelhos – e está otimista quanto ao crescimento dos negócios da marca em outros mercados, como o europeu. O presidente-executivo da fabricante para a Europa, Elvis Zhou, disse nesta semana à agência Reuters que a observação do mercado chinês levou a empresa a acreditar que “a IA levará as pessoas a pensarem em substituir seus telefones”. Ele fez os comentários durante o lançamento, em Barcelona, na Espanha, do smartphone Find X9 Pro, que inclui recursos de IA.

# R\$ 300 mi

é o financiamento aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a ampliação da usina de **etanol de milho** da Neomille, subsidiária da Cerradinho Bioenergia, em Chapadão do Céu (GO). Além de etanol, o grupo produz açúcar e subprodutos do milho, além de gerar energia elétrica a partir do cereal e da cana-de-açúcar.



DIVULGAÇÃO

# R\$ 100 mi

é o investimento anunciado nesta semana pelo **Mercado Livre** em cupons de desconto para incentivar compras em eventos promocionais em novembro, principalmente de olho no potencial da Black Friday. O anúncio foi feito uma semana depois que a rival asiática Shopee informou um aporte de R\$ 36 milhões em uma estratégia igual. A Casas Bahia, por sua vez, projeta R\$ 1,2 bilhão em crédito para impulsionar compras na data.

# US\$ 4 tri

é o valor de mercado alcançado pela **Apple** na terça-feira, 28, pela primeira vez, na Nasdaq, onde se negociam ações do setor de tecnologia nos Estados Unidos. A forte demanda pelos últimos modelos de iPhone acalmou os temores sobre o lento progresso da companhia na corrida pela inteligência artificial, e causou a valorização das ações. O iPhone é responsável por mais da metade do lucro da Apple.



ADAM GRAY

# US\$ 1,8 bi

foi o superávit da **balança comercial** na quarta semana de outubro, informou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). É resultado de vendas externas de US\$ 6,8 bilhões e importações de US\$ 5,036 bilhões — apesar do 'tarifaço' norte-americano, que afeta o país neste segundo semestre. Entre janeiro e outubro, o superávit já alcança US\$ 50 bilhões.

# 8,7%

foi a queda do **Índice do Agronegócio** (Iagro) na bolsa de valores brasileira no acumulado de 2025, até 24 de outubro. Apenas o Iagro, o Imat (materiais básicos) e o IbovB3 (empresas estatais) registravam rentabilidade negativa até a data, indicou um levantamento da consultoria Elos Ayta. O forte recuo no índice do agro se deu pela dispersão entre os desempenhos individuais de companhias que integram a carteira. Raízen, Cosan, Suzano e São Martinho estão entre as baixas setoriais.

# 14 mil

é o número de cargos que a **Amazon** decidiu eliminar, segundo um anúncio feito no início da semana, à medida que a gigante for reduzindo custos em estrutura operacional em meio a investimentos crescentes em inteligência artificial. A empresa tinha cerca de 1,56 milhão de funcionários em tempo integral e parcial no final do ano passado.



*Lojistas esperam recorde de transações, indica pesquisa*

# Mais uma Black Friday do Pix

Modo de pagamento se consolida e deve dominar mais uma vez a data. A formalização de regras do Pix Parcelado, pelo Banco Central, deve mover ainda mais o segmento

**O**s varejistas brasileiros devem se preparar para um volume recorde de transações via Pix na Black Friday de 2025, marcada para 28 de novembro. É o que indica um levantamento da Getnet, fintech de meios de pagamento do Santander, que projeta o sistema de pagamentos instantâneos como o método preferido dos consumidores na data promocional, especialmente no comércio eletrônico. A pesquisa da fin-

tech ouviu empreendedores de diversas regiões e revelou que mais de 65% dos clientes entrevistados preferem o Pix como forma de pagamento. Com essa ampla margem, o Pix se posiciona à frente de modalidades consolidadas, como o cartão de débito (43,5%), o crédito à vista (40%) e o crédito parcelado (37,7%). Espera-se para o final de outubro o anúncio do Banco Central (BC) de formalização das regras do Pix Parce-

lado, que, entre as novidades, ampliará o parcelamento de quem não tem cartão de crédito (ainda não anunciado até o fechamento desta edição).

A preferência pelo Pix reflete uma mudança no comportamento do consumidor e valida a percepção de mais de 90% dos empreendedores, que já notaram um aumento no uso à vista em seus estabelecimentos ao longo do último ano. "A evolução do Pix como principal

## Briga de gigantes

Gigantes varejistas anunciaram ao longo de outubro um movimento similar estratégico para impulsionar compras na Black Friday no Brasil, marcada para 28 de novembro – e vai acirrar a queda de braço entre elas. Somente as Casas Bahia anunciaram R\$ 1,2 bilhão em crédito ao cliente ao longo do mês por meio de seu tradicional “crediário” (quando a loja faz análise de crédito do cliente para determinar se ele é elegível ao financiamento, e o valor que será concedido). A estratégia soma-se a outras ações do grupo, como uma parceria recentemente anunciada com o Mercado Livre para a venda de produtos no marketplace, o que potencializa exponencialmente a capacidade de vendas das Casas Bahia.

Esses movimentos impulsionaram a negociação de ações da companhia na bolsa brasileira de valores, a B3, e o preço do papel ganhou mais de 8% no dia do anúncio, há uma semana. “A aliança com o Mercado Livre permitirá alavancar a operação e otimizar o uso do nosso ecossistema, incluindo soluções logísticas, de crédito e serviços. Mais do que uma expansão de canal, trata-se de uma evolução no modelo de negócio do grupo Casas Bahia”, destacou, na ocasião do anúncio, o CEO da companhia, Renato Franklin. A estratégia teve início em um momento estratégico, disse o executivo, já que eletrodomésticos e eletrônicos móveis estão entre as categorias mais procuradas pelos consumidores no período da Black Friday.

À parte dessa aliança, o Mercado Livre anunciou nesta semana um investimento de R\$ 100 milhões em cupons de desconto para eventos promocionais que incluem a data. O movimento ocorreu uma semana depois que a rival asiática Shopee anunciou a concessão de R\$ 36 milhões em cupons de desconto para o mesmo fim. Em uma leitura de Tulio Landin, diretor de marketplace do Mercado Livre, sobre a estratégia, o cupom é um investimento de marketing e um importante passo para a decisão de compra. O valor dos cupons é 150% maior em comparação ao ofertado há um ano.



Loja física é estratégica por aproximar empreendedor e cliente

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

meio de pagamento no varejo brasileiro reflete uma transformação profunda no comportamento do consumidor e na dinâmica dos negócios. A pesquisa confirma que agilidade, conveniência e simplificação são fatores decisivos na hora da compra, especialmente em datas especiais como a Black Friday”, avalia Luciano Ferrari, vice-presidente Comercial, Marketing e Clientes da Getnet. Apesar da ascensão do Pix, o levantamento indica que débito e crédito mantêm uma parcela significativa da preferência. Por isso, varejistas ressaltam a importância de oferecer portfólio diversificado de opções de pagamento.

O estudo também analisou o comportamento de compra, e mostrou que 82% dos empreendedores indicam a preferência dos clientes pelo canal online. As principais motivações para o crescimento do e-commerce incluem a comodidade de evitar deslocamentos, a facilidade de comparação de preços e a possibilidade de comprar a qualquer hora. Contudo, a loja física preserva sua relevância estratégica, sendo valorizada pela confiança e pelo contato direto com os produtos, o que reforça a necessidade de o varejo atuar de forma integrada para maximizar as vendas. **D**

Por Bora Investir, da B3

Estratégia de incentivo de compra já foi usada em anos anteriores



FOTOS: REPRODUÇÃO



*Empresas que se recuperam ganham valor de mercado e geram lucro*

# Risco extra

Ações de empresas em recuperação judicial na carteira podem trazer lucro, mas análise para a decisão de compra deve ser mais criteriosa

Quando uma empresa entra em recuperação judicial (RJ) ou extrajudicial, o investidor precisa redobrar a atenção. Esses processos são mecanismos legais que permitem às companhias renegociar dívidas e tentar evitar a falência – mas trazem, ao mesmo tempo, implicações importantes para quem possui ou pretende adquirir ações dessas empresas. É portanto essencial entender como funcionam esses procedimentos, quais são os riscos envolvidos e o que observar antes de tomar decisões para investir com segurança. O investi-

dor precisa avaliar a situação, as oportunidades e os riscos antes de decidir pela compra ou venda das ações.

“É preciso lembrar, primeiro, que a RJ ou recuperação extrajudicial é um meio que as empresas têm de evitar sua falência. Esse processo permite que as companhias suspendam e negociem parte de suas dívidas, evitando encerrar suas atividades”, reforça Arnóbio Durães, professor da FIA Business School. Há diferenças entre os processos de recuperação judicial e extrajudicial, acrescenta Marcelo Godke, sócio do Go-

dke Advogados e especialista em Direito Empresarial e Direito Societário. “Na extrajudicial, a empresa devedora já faz um acordo com alguns dos credores, às vezes consegue estender o prazo ou reduzir juros, por exemplo, e depois leva o acordo assinado para o juiz homologar”, diz. Se o pedido não for aceito ou se a empresa vier a ter mais problemas posteriormente, ainda há a possibilidade de entrar com o pedido de recuperação judicial.

Já na RJ, a companhia inicia o processo na justiça antes de fazer o acordo com os credores – e vai apresentar um plano de recuperação a ser deliberado pelos credores em assembleia, e há uma zona de incerteza maior. “Investir em ações de empresas que estão em recuperação é uma oportunidade, porque os preços desses ativos normalmente são muito baixos, com potencial de expressiva valorização”, diz Durães, da FIA. Isso pode ocorrer caso a empresa consiga se reestruturar, pagar suas divi-

*É preciso ter em mente que as RJs demoram antes de entregar desfecho de ganho ou perda*



PEXELS

das e voltar a operar normalmente. Por outro lado, há “riscos consideráveis” de que esse cenário não se concretize, continua o professor, o que exige prudência e profundo conhecimento do mercado.

Ou seja: se a empresa conseguir se reerguer depois da recuperação judicial ou extrajudicial, suas ações podem se valorizar, o que pode trazer grandes lucros para quem comprar na época de baixa de preços. Mas o risco de perder o valor investido também existe, e é maior do que se comparado à compra de ações de empresas sem problemas financeiros. Se o investidor estiver pensando em comprar ações de uma empresa em recuperação, Durães alerta: “como o risco de perda total é alto, invista aquilo que não comprometa a segurança financeira, e diversifique em ativos e setores, para reduzir o risco total da carteira”.

Há um outro contexto. Se a pessoa já tinha as ações e a empresa entrou em recuperação judicial, é preciso analisar a carteira como um todo. Em primeiro lugar, o professor indica estudar e entender o momento da empresa e as razões que a levaram a ter dificuldades. “Se realmente se sentir confortável com essas informações e acreditar que é algo passageiro, avalie manter as ações”, desde que sabendo que o processo de RJ da companhia pode demorar. Caso o valor investido seja representativo na carteira, pode ser interessante vender as ações ou parte delas e realizar as perdas, para evitar um prejuízo ainda maior.

Vale considerar que, mesmo se a empresa tiver sucesso na reestruturação, todo esse processo pode demorar. Assim, o preço da ação pode levar anos

até se recuperar. “Investimento em renda variável já é de médio e longo prazos. Ainda mais no caso das empresas em recuperação, não espere nada de curto prazo. É [retorno de] no mínimo dois anos para cima”, diz o especialista da FIA. Para quem já era acionista de uma empresa que entrou em RJ, há, ainda, o risco ver sua participação na empresa ser diluída. Isso pode acontecer de duas formas: quando a empresa emite novas ações, com o objetivo de levantar capital, ou quando a empresa converte dívidas em ações, para reduzir o nível de endividamento. Se o aumento de capital da empresa dobrar o número de ações, todo mundo vai ter metade da participação que tinha. Por outro lado, ele pode ter sua participação diluída em uma empresa que se salvou. **D**

*Por Bora Investir, da B3*



Mais que condomínio, o local vai oferecer serviços como curadoria em artes

FOTOS DIVULGAÇÃO

# A Daslu está de volta

Marca de luxo envolvida em escândalo de fraudes fiscais há cerca de vinte anos foi arrematada por incorporadora - e virou condomínio lifestyle

Ana Carolina Nunes

**A** Daslu está de volta. Mas não mais como o templo do luxo da moda e de decoração, como era conhecida em seu auge há duas décadas. O retorno da marca fundada nos anos 1950 se deu via o caminho imobiliário: arrematada em um leilão em 2022 pela incorporadora Mitre Realty, Daslu agora batiza um condomínio de luxo nos Jardins, em São Paulo. As obras do Daslu Residences começaram em setembro, e 30% das unidades estão vendidas. Uma delas é propriedade da atriz Marina Ruy Barbosa, embaixadora da nova fase da marca. Com entrega prevista para 2028,

o condomínio - mais do que isso, uma experiência de lifestyle, avaliam especialistas - deve render valor geral de vendas aproximado de R\$ 600 milhões.

Antes de apostar na marca, houve uma pesquisa "bem robusta" para entender como o nome Daslu seria aceito. "A resposta foi muito boa", resume Renata Florenzano, sócia e conselheira-executiva da Daslu. "Quando falamos Daslu, falamos de marca, de lifestyle, e não só de moda. Notamos que há uma memória afetiva". Por conta disso, inclusive, não se descarta abrir licenciamento da marca para outros estados num fu-

turo próximo. As conversas estão acontecendo, continua Renata. O projeto do Daslu Residences tem a participação de referências do luxo, como arquitetura assinada pelo escritório Königsberger Vannucchi e Anastassiadis Arquitetos, paisagismo de Benedito Abbud e uma série de serviços de conveniência de altíssimo padrão - a exemplo de concierge para realizar reservas e indicações, curadoria em artes, gastronomia e viagens, entre eles. Há, por exemplo, serviços para auxiliar na organização de bagagens e cuidados do apartamento na ausência do morador para "tirar a fricção



REPRODUÇÃO INSTAGRAM

Atriz Marina Ruy Barbosa é embaixadora da nova fase da marca Daslu

da moradia”. “São serviços de hotelaria”, diz Renata.

Mas o Daslu vai além de um condomínio. O projeto foi pensando com alternativas para áreas comuns com paisagismo, dois restaurantes – um deles assinado por Rafael Cagali, chef que tem duas estrelas Michelin com seu restaurante em Londres – simulador de golfe e academia. “O projeto representa um movimento que vem se intensificando no mercado de luxo: a integração entre moradia, hospitalidade e estilo de vida”, disse Cristina Proença, coordenadora da pós-Graduação em Negócios e Marketing de Luxo Contemporâneo da ESPM. Trata-se de uma nova forma de habitar, na qual o imóvel deixa de ser apenas um bem material para se tornar parte de um ecossistema de experiências que combinam conveniência, personalização e bem-estar, continua a especialista. Cristina Proença destaca que o movimento já se consolida em

outros países, e lembra que, no caso da Daslu, existe um componente simbólico único, já que a marca faz parte da história do luxo no Brasil, sendo uma das responsáveis por aproximar o público brasileiro dos nomes de grandes grifes internacionais e por introduzir no país uma nova forma de consumir e desejar o luxo. “Reativar esse nome é, portanto, um exercício de ressignificação”.

O ‘lifestyle Daslu’ se completa com alguns lançamentos já engatilhados e flertam com o passado varejista da grife. No próximo mês, a marca inaugura um e-commerce. Nele, linhas de fragrância para a casa (com a essência característica da loja), resgatada nessa nova fase, ou o espumante desenvolvido especialmente para a marca pela Vinícola Luiz Argenta, de Flores da Cunha (RS). Para ano que vem, também já está previsto o lançamento de linha de roupas de cama, mesa e banho da marca. **D**

## De tempo de luxo a desfecho trágico

Fundada nos anos 1950, a Daslu virou símbolo do luxo e da exclusividade no Brasil. A marca foi criada pelas sócias Lúcia Piva de Albuquerque e Lourdes Aranha, daí o nome “das Lu”. Inicialmente funcionou em uma casa na Vila Nova Conceição, bairro de super-ricos de São Paulo, onde eram ofertadas grifes com exclusividade para o público de alta renda. Nos anos 1980, a empresária Eliana Tranches, filha de Lúcia, assumiu os negócios. Foi sob o comando dela que a boutique se tornou um templo (até mesmo a arquitetura) para as grandes grifes internacionais no país, uma referência de sofisticação destinada à elite. A inauguração da imponente “Villa Daslu” em 2005, na Vila Olímpia, São Paulo, foi o auge da marca. O espaço de 17 mil metros quadrados reunia mais de 60 marcas e se tornou um ponto de referência mundial para o mercado de luxo, atraindo celebridades, milionários e políticos. O quadro de vendedoras teve, por exemplo, a filha do então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, Sofia Alckmin. Pouco tempo depois, a Daslu foi alvo da Operação Narciso, desencadeada pela Procuradoria da República e Polícia Federal. As investigações revelaram um esquema complexo de fraudes fiscais, descaminho e sonegação de impostos na importação de mercadorias. O escândalo resultou na condenação de Eliana Tranches em 2009 à pena alta de prisão, embora ela tenha respondido em liberdade por um período enquanto recorria. O abalo na imagem da marca, somado à crise financeira e ao crescente endividamento, fez com que, em 2010, a Daslu entrasse com pedido de recuperação judicial, com dívidas que chegavam aos milhões de reais. Eliana faleceu em fevereiro de 2012, e, em 2016, a Justiça decretou a falência da Daslu. Em 2022 a marca foi a leilão, arrematada por R\$ 10 milhões pela Mitre Realty.

# Negócio das arábias

MBRF, fusão de Marfrig e BRF, expande parceria com os sauditas e cria a Sadia Halal. O próximo passo é abrir capital em Riade

**A**o expandir a parceria com a Halal Products Development Company (HPDC), a MBRF criou nesta semana a Sadia Halal - e vai trabalhar para abrir capital na bolsa de Riade, na Arábia Saudita. Segundo o controlador da MBRF (resultante da fusão entre Marfrig e BRF), Marcos Molina, a ideia é que o IPO (início das negociações em bolsa, na sigla em inglês) seja concretizado até o primeiro trimestre de 2027, seguindo a legislação local que exige doze meses para a conclusão das sinergias da joint venture criada com a HPDC, sub-

sidiária do fundo soberano da Arábia Saudita. "Se a conclusão acontecer no final deste ano, podemos já entrar com o processo de IPO", disse o empresário. A Sadia Halal engloba as fábricas e centro de distribuição da MBRF da Arábia Saudita e nos Emirados Árabes Unidos, bem como estruturas de distribuição no Catar, Kwait e Omã.

Há expectativa que o ajuste de sinergias ocorra já no primeiro trimestre de 2026. O custo de capital é a metade do Brasil, continua Molina, e a bolsa local "é pujante". Em 2025, é a quarta em

realização de IPOs no mundo, e os múltiplos são de dois dígitos. "Isso mostra a confiança da empresa na região", continua. A abertura de capital da joint venture na Arábia Saudita não inviabiliza o plano de abertura de capital da MBRF nos Estados Unidos, mas complementa a estratégia de valorização global da companhia. A meta é aumentar o valor para a empresa diante dos investidores com potencial no globo.

Vale rememorar o movimento recente que gerou a MBRF. A fusão entre Marfrig e BRF criou uma empresa com

*Bolsa em Riade é "pujante" e a abertura de capital pode acontecer até 2027, disse Molina*



*Sadia Halal engloba fábricas e centros de distribuição da Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos*



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

um portfólio mais amplo e capaz de competir com outro destaque brasileiro, a JBS (dona das marcas Friboi, Seara e Swift). No mercado global há outros concorrentes, como a Smithfield (da chinesa WH Group) e a norte-americana Tyson Foods.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a incorporação sem restrições no início de setembro. O negócio criou uma companhia com receita de R\$152 bilhões por ano e presença em 117 países com as marcas Sadia, Perdigão e Bassi, entre outras, e tem produção estimada em 8 milhões de toneladas de produtos anualmente. Quando anunciaram o acordo, as companhias projetaram sinergias de R\$ 805 milhões por ano de forma gradual a médio e longo prazos. Na esteira de anúncios, também foram informadas recentemente mudanças na cúpula de controle do negócio.

Ainda sobre o negócio na Arábia Saudita, a joint venture era uma operação pequena que vai ganhar musculatura. “Agora estamos unificando todas as fábricas e os centros de distribuição.

Isso cria valor, simplifica a estrutura e valoriza os ativos. Isso vai melhorar e muito a percepção do mercado quando formos para a bolsa dos EUA”, explicou Molina. Ele rememorou os movimentos da operação com os árabes. Do aporte de US\$ 500 milhões a ser efetuado pela HPDC para manter a participação de 30% na parceria, metade irá para o caixa da holding e deve acontecer até dezembro de 2026.

A MBRF entrou no negócio com uma lista de ativos que inclui três fábricas e dez centros de distribuição, com destaque para a nova unidade de Jidá, na Arábia Saudita, prevista para entrar em operação no próximo ano. O movimento está em linha com a estratégia da MBRF de fortalecer suas operações no segmento halal [abate conforme os padrões das leis muçulmanas], onde a empresa está presente há mais de 50 anos e lidera o mercado por meio da Sadia. A marca detém 36,2% de market share nos países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC). A companhia realiza cerca de 111 mil entregas mensais para mais de 17 mil pontos de venda na região. **D**

## O mercado halal

O mercado halal movimentava mais de US\$ 2 trilhões por ano, tendo a proteína animal como principal segmento. Estima-se que o consumo desses alimentos deva ultrapassar US\$ 1,5 trilhão até 2027. A população muçulmana, que ultrapassa 1,9 bilhão de pessoas e cresce em média duas vezes mais rápido que a população global, garante uma demanda estável e crescente por essas proteínas. A demanda por produtos halal, entretanto, vai além dos países de maioria islâmica. Alcança regiões com grandes comunidades muçulmanas e outros consumidores que valorizam os padrões de segurança do setor. A certificação halal, que garante o cumprimento das normas islâmicas, também é vista como um selo de alta qualidade por consumidores não muçulmanos.

# Lucro sobre rodas

Startups russas Woosh e Jet investem para aumentar a oferta de patinetes elétricos no Brasil. A solução de mobilidade já move bilhões mundo afora

Ismael Jales

**P**assou a ser comum para o pedestre, em vários pontos da capital paulista, a necessidade de atenção – ainda maior – ao atravessar a rua. Além da enxurrada de carros e número crescente de bicicletas, é cada vez mais usual alguém passar sobre um patinete (com razoável velocidade) nas calçadas e ciclofaixas. Esses equipamentos estão disponíveis para aluguel em muitas esquinas, e evidenciam um negócio que vem ganhando corpo no país. Duas startups russas – Woosh e Jet – estão à frente da disputa pelos clientes. A primeira delas está em quatro municípios por enquanto, com planos de chegar a uma dezena até dezembro do ano que vem. Já a Jet, mais à frente em volumes, fincou sua bandeira em 30 cidades do país. Trata-se de um segmento já bilionário mundo afora. Em 2023 valia quase

US\$ 4 bilhões – e uma projeção indica o potencial de US\$ 10 bilhões até o início da próxima década.

Uma dessas startups, a Whoosh, tem dois anos e meio de operação no Brasil, e mira expandir a presença para mais cidades, incluindo as regiões Nordeste e Centro-Oeste. Em entrevista à IstoÉ Dinheiro, Cadu Souza, diretor de Operações da companhia no Brasil, revelou que a frota atual chega a sete mil patinetes – em janeiro eram 5 mil. Mesmo diante do retrato comum de insegurança dos municípios brasileiros, a empresa viveu apenas seis roubos e furtos de equipamentos até agora. A startup opera em quatro cidades brasileiras: Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

A meta da Whoosh é chegar a dez cidades até o final de 2026, sendo três no-

vas até o Carnaval do próximo ano, um período considerado de alta temporada para o uso desses equipamentos. Desde junho de 2023, quando começou a operar no país, a companhia estima ter investido R\$ 100 milhões. “Há previsão de fazer um investimento bem maior nos próximos anos”, disse Souza. Ao mirar outras regiões fora do Sudeste, a startup quer mais do que dobrar o tamanho da operação. Em São Paulo, a empresa já tinha autorização para operar em uma subprefeitura, a de Pinheiros, que engloba a Avenida Faria Lima, um de seus principais redutos, e acaba de receber liberação para funcionar também na região da Vila Mariana e da Sé. A empresa aguarda aprovação em outras cinco subprefeituras para os próximos meses. A Whoosh tem 300 funcionários no Brasil, sendo 70 dedicados exclusivamente às operações de rua, como suporte técnico, troca de baterias, monitoramento e rebalanceamento dos patinetes nos pontos de estacionamento.

Além dos colaboradores diretos, há uma parceria com empresas de segurança terceirizadas que atuam 24 horas

*Whoosh investiu R\$ 100 milhões desde 2023, e prepara expansão para mais seis municípios*





*A Jet, que opera em trinta cidades, planeja aporte de R\$ 25 milhões para dobrar a frota*

DIVULGAÇÃO

por dia para prevenir roubos e atos de vandalismo. O executivo explica que há segurança tecnológica embutida na operação para proteger o capital investido. Ou seja, a equipe consegue acompanhar os patinetes em tempo integral. “Se alguém pegar um patinete, colocá-lo dentro de um carro e tentar levá-lo embora, eu vejo que ele está em uma velocidade acima de 20 km/h e aciono imediatamente a equipe de segurança. Tenho como acompanhar tudo o que está acontecendo”, contou Souza.

Já a Jet, por sua vez, está em campo maior. Opera atualmente em 30 cidades brasileiras, com uma frota de 20 mil patinetes. Para consolidar a liderança no mercado brasileiro, o plano é duplicar a frota ainda nos próximos anos, e para isso planeja investimento de R\$ 25 milhões. Ao todo, a equipe da Jet tem 700 funcionários no Brasil, distribuídos entre as áreas de suporte, monitoramento, administração e segurança. O CEO da startup, o russo Ilya Timakhovskiy, disse à Dinheiro que o Brasil representa um mercado com “potencial surpreendente”, especialmente em São Paulo, que deve se tornar o maior mercado da companhia nos próximos anos. O principal polo de operação da empresa é Almati, no Cazaquistão. Além do Brasil, a Jet está presente em sete países: Cazaquistão, Mongólia, Grécia, Armênia, Azerbaijão, Uzbequistão e Brasil.

Os patinetes têm autorização para circular a essa velocidade máxima já citada, o que pode parecer pouco, mas, para muitos usuários é uma forma eficiente de driblar o trânsito e economizar tempo. Apesar de também serem vistos como uma opção de lazer, o propósito da Whoosh é se posicionar como uma solução de transporte urbano, o que o diretor chama de transporte de

## Como elas operam?

O processo de aluguel é totalmente digitalizado e exige o uso de um aplicativo. O usuário deve baixar o app, realizar um cadastro, inserir número de telefone, e-mail e um meio de pagamento, como cartão de crédito ou Pix. No mapa do aplicativo, aparecem todas as patinetes disponíveis. Para iniciar a viagem, o usuário escaneia o QR Code localizado no guidão do veículo. É possível alugar até três patinetes na mesma conta. Em São Paulo, o aluguel pode custar R\$ 2,00 (desbloqueio) e R\$ 0,67 por minuto de uso. Há estratégias de cobrança a depender da plataforma. Há a adoção de tarifas dinâmicas, que podem variar conforme o horário, a demanda e a região de operação, o que explica eventuais valores mais altos observados pelos usuários em determinados momentos.

## Números

A alternativa ganha espaço em todo o mundo. Alguns números evidenciam o potencial do negócio: em 2023 era um segmento de US\$ 3,6 bilhões, indica uma pesquisa da consultoria norte-americana Spherical Insights & Consulting. Projeta-se que, se o ritmo de uso progredir como o esperado, esse universo possa alcançar uma cifra próxima a US\$ 10 bilhões anuais mundo afora em 2033.

última milha. As corridas têm, em média, 12 minutos de duração, percorrendo aproximadamente dois quilômetros. A usuária Camila Rossete contou à IstoÉ Dinheiro que usa o patinete todos os dias. Moradora de São Caetano do Sul e funcionária em um escritório na Avenida Juscelino Kubitschek, zona sul de São Paulo, ela faz o trajeto entre a Estação Faria Lima do metrô e o trabalho usando o equipamento. A causa da escolha é economia de tempo: pelo menos os 45 minutos em que esperava o ônibus. Ponto para a qualidade de vida.

Há uma ressalva, contudo, relacionada à segurança. Ela relata que já sofreu algumas quedas, mas sem ferimentos graves. A Whoosh registrou apenas sete acionamentos do seguro até o momento, em um universo de mais de 15 milhões de quilômetros rodados. O seguro é acionado apenas em casos de acidentes mais graves, diferentes do caso de Camila. Fernando Lemos deixou de usar as bicicletas do Itaú, as populares “laranjinhas”, para andar de patinete pela praticidade. Já Matheus Carvalho, mais um curioso a checar a alternativa, destaca o preço como um fator negativo. “Sai bem mais caro que o ônibus”, afirma.

O serviço de compartilhamento de patinetes elétricos é uma importante alternativa de micromobilidade, moderna, ágil e sustentável, na visão do poder público. Há, hoje, 601 Termos de Permissão de Uso (TPUs) ativos para estacionamento e estações de patinetes elétricos em vias e logradouros públicos, totalizando 6.885 veículos distribuídos pelas regiões do Butantã, Ipiranga, Lapa, Pinheiros, Santo Amaro, Sé, Vila Mariana e Vila Prudente, informa a prefeitura. **D**



Conferência das Nações Unidas sobre o clima vai acontecer entre 10 e 21 de novembro no Brasil

# Setor privado em ação

Ações efetivas relacionadas ao clima dependem de empresas. Mas diretrizes claras do poder público e o real empenho das companhias ainda são questões às vésperas da COP30

Alexandre Inacio

Seja para assumir algum compromisso público ou dar publicidade a seus produtos e projetos, as Conferências da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP) sempre foram encaradas pelo setor privado como uma vitrine importante do ponto de vista da sustentabilidade. Não é incomum ver parcerias entre grandes empresas anunciadas nessas ocasiões, ou mesmo metas ambientais e sociais serem divulgadas – seja por pressão social ou estratégia comercial. Na COP30, marcada para 10 a 21 de novembro em Belém do Pará, no Brasil, não será diferente. Muitas empresas de diferentes portes e setores já estão organizando os preparativos finais para embarcar para a capital paraense nos próximos dias – e iniciar mais uma rodada de prospecção e promoção, mesmo que muitas dificuldades e barreiras ainda precisem ser superadas.

De modo geral, o setor privado está otimista. Uma recente pesquisa da Ipsos-Ipec mostrou que, para 56% dos bra-

sileiros, a próxima COP – COP30 – trará mais benefícios do que prejuízos para o Brasil. Apenas 18% disseram acreditar que as perdas serão maiores do que os ganhos. A maior parte das pessoas, contudo, disse que Belém está pouco (ou nada) preparada para receber o evento devido a todas as dificuldades logísticas e de infraestrutura já amplamente conhecidas. Ainda assim, há expectativas elevadas sobre a participação do setor privado. Na agenda de ação desenhada pela presidência da COP30 para este ano está exatamente a expectativa de mobilização dos atores não estatais. E é o que o setor privado também almeja em relação às diretrizes de questões climáticas: menos retórica diplomática e mais execução prática.

Caio Victor, especialista em políticas climáticas do Instituto Talanoa, integrante do Observatório do Clima, considera que para as empresas que possuem efetivamente compromissos climáticos e sustentáveis, a COP é a oportunidade

para promover seus produtos e buscar alianças estratégicas. “As últimas pesquisas globais sobre as ações do clima indicam que 75% dos consumidores estão ativamente preocupados com os efeitos das mudanças climáticas nas suas próprias vidas. Isso significa uma mudança gradual, porém exponencial, de padrão de consumo. Então, se os CEOs das maiores empresas do Brasil não pretendem estar aqui, os de outras empresas estarão e trarão os seus produtos, vão falar de suas soluções, conseguirão fechar contratos e atrair investimentos, dado que existe oportunidade”, disse Victor.

A International Chamber of Commerce do Brasil (ICC-Brasil) chegou a elaborar um documento intitulado ‘Como Impulsionar uma Nova Era de Ação Climática’ e o entregou ao governo federal com algumas propostas de implementação de projetos que criem condições propícias ao investimento privado. Entre as ideias estão a revisão das re-



*Marcella Molina, filha de Marcos Molina da MBRF, deve participar*

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Hitachi Energy, Mapfre, Siemens Energy, Saint-Gobain, Yara, Caixa Seguridade, Cubo Itaú, ISA Energia, Itaú BBA, para citar exemplos de negócios significativos que estão nos preparativos finais para embarcar a Belém.

Cada uma dessas empresas tem sua estratégia. Na MBRF, por exemplo, o CEO da empresa, Miguel Gularte, não irá a Belém. No entanto, entre os nomes que representarão a empresa de alimentos está o de Marcella Molina, filha do controlador da MBRF, Marcos Molina, e cotada nos bastidores da empresa e do próprio mercado um nome para suceder seu pai à frente dos negócios da família no futuro. Já a suíça Nestlé quer ocupar todos os espaços possíveis. O principal executivo da companhia também não deve estar presente, mas será representado por Barbara Sapunar, diretora de business transformation no Brasil. Maior empresa de alimentos do mundo, a Nestlé tem planos para estar na 'Blue Zone', onde as negociações oficiais entre os países-membros acontecerão, na 'Green Zone', onde as entidades e organizações climáticas realizam seus debates, e na 'Agri Zone', reservado para as conversas mais centradas em aspectos da cadeia produtiva do agronegócio.

Seja com a presença dos principais executivos ou representantes, espera-se que o setor privado tenha um papel central nas discussões sobre a implementação e o financiamento da agenda climática, com uma forte presença por meio de delegações, pavilhões de exposição e propostas concretas. Os desafios logísticos da COP30 podem fazer com que a participação dos altos executivos das grandes empresas nacionais e internacionais seja menor ou mais seletiva do que o ideal. "A participação na implementação [das ações], precisa contar com as empresas, porque são os agentes econômicos que fazem a economia acontecer no nosso modelo de desenvolvimento. Agora, seus compromissos são verificáveis, críveis, alcançáveis e efetivos? Eles estão alinhados com o que a ciência está dizendo que esses setores precisam fazer ou é só maquiagem verde para conseguir enganar por um tempo mais os investidores e os consumidores? Essas são as grandes perguntas", questiona Victor, do Instituto Talanoa. **D**

gras de Basileia III, harmonização das taxonomias verdes, expansão dos mecanismos de blended finance (formas de investimento que combinam fontes de recursos públicas, privadas, filantrópicas) e o apoio à criação do Fundo Tropical das Florestas. Nessa mesma linha, 54 empresas membros do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) apoiaram publicamente uma chamada à ação em favor de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) mais ambiciosas. No documento, as companhias defendem a criação de mecanismos que estimulem os investimentos e a participação do setor privado.

Apesar das ações conjuntas por meio de entidades de classe ou associações setoriais para que o governo crie e defenda estímulos ou incentivos, são poucas as empresas que se posicionam claramente sobre o que querem, mas, principalmente, sobre o que vão se comprometer a fazer na COP de Belém. A IstoÉ Dinheiro entrou em contato com as 50 companhias com maior receita do país perguntando se elas participariam de alguma forma do evento, qual o tamanho das comitivas, se o CEO estaria presente em algum dia e quais os compromissos que seriam assumidos. As cinco maiores empresas do Brasil – Pe-

trobras, JBS, Raízen, Vale e Vibra – não responderam aos questionamentos. Faltando pouco mais de uma semana para o início da Conferência, ainda não é possível saber se os grandes grupos do país estarão representados, por quem e se pretendem assumir algum novo compromisso – ou apenas fazer publicidade sobre novas ações ou mesmo sobre as que já estejam em andamento. Entre grandes companhias, muitos CEOs já disseram que não estarão presentes em Belém. Optaram por participar em São Paulo e outras capitais do Sudeste de eventos que antecedem a COP30, e debatem os mesmos temas.

Para o especialista do Instituto Talanoa, a mudança do clima é uma "centralidade do mercado contemporâneo" e tende a selecionar os participantes do mercado no futuro. "Se, por voluntarismo, alguns dos CEOs deixam de participar, outros, um pouco mais atentos às transições concretas rumo a uma economia de baixo carbono e aos ganhos de mercado ocuparão esse espaço. Isso é completamente natural. Outra vez, é a concorrência mercadológica dando o seu tom", afirma. Ainda que muitas gigantes não tenham deixado claras quais as estratégias de participação na COP30, há grupos que estão com tudo pronto. É o caso de MBRF, Brasken, WEG, Nestlé,

*À época, a lama de rejeitos percorreu 600 km e chegou ao litoral do Espírito Santo*



ANTONIO CRUZI/AGÊNCIA BRASIL

# Problema sem fim

Samarco e Vale são multadas em R\$ 1,8 bilhão por usarem pagamento de indenizações à tragédia de Mariana para deduzir Imposto de Renda

Os desdobramentos da tragédia que marcou Mariana, em Minas Gerais, seguem uma década depois. A Samarco Mineração e a Vale, acionista da primeira, foram multadas na semana que passou em R\$ 1,8 bilhão pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), vinculado ao ministério da Fazenda, no âmbito de uma ação movida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), já que as companhias

usaram os pagamentos de indenizações para conseguir dedução de impostos, como o Imposto de Renda (IR).

O Carf negou o pedido das empresas para deduzir os valores devidos a título de recuperação ambiental e multas ambientais do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A Samarco fez descontos na apuração dos tributos entre 2016 e 2019, informou o órgão.

No recurso apresentado, a mineradora alegou que os valores deduzidos são de recuperação e compreendidos como essenciais, pois a sua atividade envolve risco ambiental.

A defesa da companhia disse, ainda, que os valores suprimidos decorrem das despesas fixadas em acordos judiciais assinados com municípios, o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU) e outros órgãos

da Justiça. Um desses acordos, o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), definiu a criação da Fundação Renova – inicialmente designada para gerir o processo reparatório da cidade e de indenizações, sendo o principal destino de parte do valor deduzido dos impostos. Outra parte da soma descontada teria sido paga em multas ambientais.

O procurador da PGFN, Vinícius Campos, disse durante a sessão do julgamento da ação que, se a decisão favorecesse a mineradora, desvirtuaria o sistema punitivo e administrativo do direito tributário. Após a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a Vale (que usou o mesmo argumento em relação aos tributos) foi definida como responsável subsidiária por ser acionista da Samarco.

Na tese da PFGN, acolhida pelo colegiado, portanto, a Vale também teve o seu pedido de deduzir despesas negado, assim como a responsável principal. De acordo com o Carf, “os repasses não se relacionam com as transações ou operações de suas atividades produtivas”. Em nota, a Samarco informou que discutirá o assunto nos autos dos processos, que a empresa cumpre rigorosamente o Novo Acordo do Rio Doce e reafirma o compromisso com a reparação. Ainda cabe recurso no Carf. **D**



*Mineradora responsável pela tragédia ainda pode recorrer da decisão*

TÂNIA REGO/AGÊNCIA BRASIL

## Rememore a tragédia de Mariana

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, de propriedade da Samarco, ocorreu em novembro de 2015 e resultou em um grande volume de lama e detritos, que devastaram o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana. A onda de lama deixou 19 mortos, além de dezenas de desabrigados e desaparecidos. A lama de rejeitos percorreu mais de 600 quilômetros pelo Rio Doce até chegar ao litoral do Espírito Santo, causando um dos maiores desastres ambientais da história do Brasil. O distrito de Bento Rodrigues, que ficava a 25 km do centro de Mariana, foi praticamente destruído pela enxurrada de lama e rejeitos. As matérias da época mostravam imagens aéreas do vilarejo soterrado, com a lama invadindo e arrastando casas e carros.

A avalanche de rejeitos se espalhou por mais de 650 quilômetros pelo Rio Doce e seus afluentes, chegando até o litoral do Espírito Santo. A Samarco, à época, declarou que ainda não era possível determinar a causa ou a extensão do acidente, enquanto moradores eram aconselhados a deixar a região. O número oficial de mortos foi confirmado mais de 19, além de 600 famílias desabrigadas. Houve a contaminação do Rio Doce, com os efeitos da lama sobre a vida aquática, com a morte de peixes e a degradação da biodiversidade local. A preocupação com o abastecimento de água potável para cidades ao longo da bacia também foi um tema recorrente.

Em setembro deste ano, um novo conselho foi formado na tentativa de

gerir parcela dos recursos destinada a sete eixos focados em reconstrução da economia popular, segurança alimentar e nutricional e educação das áreas afetadas. O volume sob gestão do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba (CFPS Rio Doce), R\$ 5 bilhões, integra os mais de R\$ 100 bilhões que as responsáveis pelo ocorrido (Samarco, e suas acionistas Vale e BHP Hilliton) vão injetar na região em vinte anos com foco em reparar os estragos, de acordo com o mais recente acordo firmado entre elas em outubro do ano passado junto a governos federal e estaduais. O processo de reparação enfrenta, até hoje, desafios significativos e críticas das comunidades atingidas.



*Aplicativo Uboi permite monitorar as "corridas" e foca em redução de custos e eficiência*

# Uber de boi?

Companhia do grupo JBS aposta em inovação e movimentação do segmento de transporte animal no mercado interno

*Ismael Jales*

Com o maior rebanho bovino comercial do mundo – e um território de proporções continentais –, o Brasil enfrenta desafios na logística de transporte desses animais: o tempo e a distância. É nesse cenário que a TRS, braço logístico da JBS, gigante de proteínas dos irmãos Wesley e Joesley Batista, lançou o aplicativo Uboi, popularmente conhecido como “Uber do boi”. A ideia é que a ferramenta funcione de maneira semelhante ao aplicativo de transportes da Uber, mas com os bovinos como passageiros. O serviço de transporte de animais não é uma novidade no agro. Existem muitas empresas especializadas atuantes na atividade.

A inovação proposta pela companhia, a partir do uso da tecnologia, objetiva ampliar a eficiência, reduzir custos e elevar a segurança no transporte de gado – além de, claro, pegar carona numa marca conhecida de transporte de passageiros como jogada de marketing. O volume de abates no Brasil gira em torno de 35 a 40 milhões de cabeças anualmente. Para cada bovino abatido,

ocorrem pelo menos dois transportes: o primeiro é do local de nascimento até onde serão engordados e, depois, do local de engorda até o abatedouro. Com isso, o potencial do nicho de transporte de gado chega a 70 a 80 milhões de movimentações anuais, considerando apenas essas etapas principais.

Com o aplicativo, pecuaristas de todo o Brasil podem solicitar transporte para seus animais entre fazendas ou com destino a frigoríficos. A plataforma surgiu em 2020 com um investimento aproximado de R\$ 1 milhão. Hoje em dia, a frota da TRS disponível para o app conta com aproximadamente 800 caminhões com motoristas contratados pela empresa. Sobre o nome da ferramenta e a semelhança com a Uber, Márcio Salaber Pereira, diretor da TRS, explicou em entrevista à IstoÉ Dinheiro que o objetivo da marca é transmitir confiança e credibilidade para os clientes, algo que, segundo ele, a empresa de transporte por aplicativos já tem consolidada. “Não foi uma sinergia direta, mas fortaleceu muito, até para poder ficar algo sim-

plista para o usuário na ponta”, disse. A Uber foi procurada, mas não comentou até a edição deste texto.

No início do serviço, as operações ficaram restritas a São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Vale do Araguaia, em Mato Grosso. Agora disponível em todo país, a empresa aponta que já realizou mais de 93 mil viagens nos últimos 5 anos. O aplicativo foi projetado para atender a diversos perfis de fazendas, desde os maiores pecuaristas, que costumam movimentar milhares de cabeças de gado, até os criadores que farão uma única viagem dentro de sua própria propriedade. É possível transportar desde bezerras e animais jovens a animais adultos, sejam machos ou fêmeas, conforme a necessidade da cadeia.

Por razões de segurança, é indicado que os transportes sejam realizados com um volume significativo de animais, minimizando lesões no trajeto. O diretor da TRS explica que não existe um número mínimo fixo. “Mas se você transportar menos animais do que é o



*Os criadores de gado podem baixar o aplicativo ou optar pela contratação via WhatsApp*



## Rebanhos também cruzam oceanos

Os animais são transportados das fazendas até os frigoríficos no mercado interno, onde ocorrem os abates, mas eles também são exportados. Por conta do volume de mortes, há um sério embate entre empresas e ambientalistas em torno dessa questão. Somente em 2024, para observar um recorte de ano completo, pouco mais de 1 milhão de bois, vacas e bezerros brasileiros foram embarcados em navios. Os rebanhos cruzaram oceanos, muitas vezes cobertos de fezes e urina, até o abate no exterior por quem os adquire. Ativistas dizem que todos os animais sofrem maus-tratos nesse tipo de comércio, em meio a jornadas exaustivas. Um episódio chamou a atenção: com quase 23 mil bois e vacas a bordo, o navio Nada, de bandeira panamenha, zarpuou do porto de Rio Grande (RS), em março de 2024, rumo à Turquia e ao Iraque. Durante a travessia de uma semana, 108 animais morreram — o maior número registrado em uma viagem de exportação de gado vivo no Brasil desde 2020. Organizações como a Mercy for Animals batalham para a proibição da atividade.

FOTOS: DIVULGAÇÃO

ideal, por exemplo, se eu transportar somente dois animais em um caminhão, eu tenho que ter uma condição exclusiva para isso. É que pode ser que, no trajeto em movimento, os animais se desequilibrem e se machuquem. Isso precisa ser evitado”, explica. Os veículos da empresa conseguem transportar até 50 animais. De acordo com Salaber, essa capacidade representa uma evolução significativa em relação aos modelos anteriores.

O primeiro passo para conseguir realizar o transporte dos animais via Uboi é baixar o aplicativo, mas muitos pecuaristas preferem o whatsapp para realizar a contratação, já que a ferramenta é

multicanal. A partir do primeiro contato, os usuários devem informar onde o embarque será realizado e qual o destino. A seguir é necessário informar as características do animal como gênero e peso aproximado. Em seguida, a plataforma direciona o equipamento correto para o serviço. A cotação de preço é dada por região, perfil do animal, acesso (tipo de estrada) e tempo de viagem. A plataforma pode sugerir datas para otimizar o caminhão e reduzir o preço para o cliente. Os caminhões são monitorados durante todo o serviço com previsão de embarque e desembarque, além do tempo de viagem entre os locais. **D**



Uma das novidades, Audi Q3 será fabricado no Paraná a partir de 2026

DIVULGAÇÃO

# A volta por cima da Audi

Marca monta estratégia com a maior ofensiva de lançamentos vista em uma década e troca o comando no país

Rodrigo Mora

**E**xcepto por seus trinta anos de Brasil, a Audi não teve mais o que comemorar em 2024. Terceira colocada no ranking de emplacamentos no segmento premium em 2023, a marca foi de 6.508 emplacamentos para 5.899 no ano seguinte – caindo para a quinta posição. A linha de produtos tinha estrelas como a perua esportiva RS 6, mas a entressafra de gerações no portfólio global prejudicava a oferta de produtos no mercado brasileiro. Não houve atrasos na renovação do nosso portfólio de ve-

ículos, informa a companhia. Houve um encerramento no ciclo de vida de produtos, o qual coincidiu com o lançamento de novos veículos e uma ampliação da gama de modelos disponíveis aos consumidores, justifica a marca.

Mas, de repente, uma sequência de novidades deu protagonismo à Audi – ao menos midiático. Em meio a elas, a troca recente do principal executivo, esta anunciada em meados de setembro – o alemão Sascha Sauer substituiu o chileno Daniel Rojas no posto de CEO e

Presidente – ano marco da maior ofensiva de lançamentos da última década, foram 13 ao todo. Sauer, no grupo Audi desde 1997 (e nos últimos cinco anos à frente da operação da montadora na África do Sul), obteve avanços estratégicos e operacionais na operação do continente africano. Ele chegou à Audi do Brasil para colocar em prática uma lista de tarefas que inclui desenvolver o plano de eletrificação da marca no país, fortalecer as iniciativas de vendas e pós-vendas, evoluir os processos de di-



*O alemão Sascha Sauer assumiu a operação brasileira em setembro*

gitalização e, entre outras, aprofundar as parcerias com a rede de concessionárias – a partir de muitas mudanças em produtos.

A primeira mudança relacionada a produto, inclusive, aconteceu já meses antes da troca de comando local. Janeiro de 2025 foi a marcado pela chegada do novo A3 Sedan, agora alinhado à atual identidade global da marca, com destaque para o logotipo em 2D no centro da grade dianteira. Partindo de quase R\$ 300 mil, o modelo que em outros tem-

pos foi o carro-chefe da marca no Brasil chegou mais equipado, com direito a bancos revestidos em microfibra, motor 2.0 TFSI que dispensou o sistema híbrido, manteve potência e melhorou o desempenho em comparação à configuração anterior.

Meses depois foi a vez do A3 Sportback, principal referência no segmento de hatches médios (modelos para quem busca economia de combustível e conforto), hoje reduzido a modelos importados. Na sequência, a Audi confirmou

o A5 para o Brasil. Revelado globalmente no ano passado, o substituto do A4 – que encerrou uma carreira de 30 anos – foi o carro mais vendido da marca em setembro. “O novo A5 nasce como um protagonista da nova era da Audi”, disse Renato Celiberti, head de vendas da Audi do Brasil em ocasião recente. Este é o primeiro de uma série de novos produtos que serão apresentados no Brasil nos próximos meses, como os Q3 e Q5, continua.

Ocorre que o Q3 não apenas será vendido, mas também fabricado no Brasil a partir de 2026. A planta de São José dos Pinhais, no Paraná, produzirá tanto o Q3 quanto o Q3 Sportback. A necessária renovação da linha de produtos da Audi no Brasil tem como representante mais moderno o elétrico Sportback A6 e-tron, o segundo modelo da fabricante construído na Plataforma Elétrica Premium (PPE), nova arquitetura desenvolvida especificamente para esse tipo de veículo. Em meio às novidades, as linhas S e RS também tiveram protagonismo ao longo do ano. Um dos modelos mais viscerais da marca, o RS 3, gerou um burburinho na imprensa (que falou da marca três vezes em um mês). Em março, por conta da confirmação do retorno do modelo ao mercado brasileiro e da divulgação dos preços (que chegam a pouco mais de R\$ 700 mil na configuração Track), e novamente no início do mês seguinte, registrando-se a abertura da pré-venda.

O mesmo efeito foi visto com o RS 6 Avant GT. A companhia informou que dez, das 660 unidades produzidas da perua esportiva, seriam destinadas ao Brasil. Dois meses depois entregou o carro de quase R\$ 2 milhões aos proprietários. Outros modelos reforçaram a gama de esportivos da Audi. Entre eles, o RS Q8 Performance, SUV de R\$ 1,3 milhão, e a dupla SQ5 e SQ5 Sportback – que concluíram a leva de 13 lançamentos de 2025, a maior ofensiva da empresa na última década. Em meio a tantos lançamentos, a marca retomou o curso de pilotagem Audi Driving Experience, cuja segunda edição do ano foi realizada na semana que passou. Ao desembolsar R\$ 6,5 mil, o participante tem quatro dias de treinamentos teóricos e práticos ao volante de quase todos os modelos e com pilotos certificados. **D**

DIVULGAÇÃO



*Alckmin deu início à articulação diplomática nesta semana*

TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL

# Uma nova crise de semicondutores

Escassez de chips para automóveis devido a questões geopolíticas envolvendo a China pode afetar os brasileiros – e tema chegou na mesa do vice-presidente Geraldo Alckmin

Uma articulação diplomática emergencial teve início nesta semana com foco em proteger a indústria automotiva brasileira dos efeitos de uma nova crise global no fornecimento de semicondutores. O passo foi dado pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, nesta terça, 28. A informação foi confirmada pelo secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do

MDIC, Wallace Moreira, após reunião de Alckmin com representantes da indústria – as associações dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e da Indústria de Autopeças (Abipeças). O novo risco de escassez, um fator que já havia paralisado montadoras durante a pandemia, é de natureza geopolítica internacional.

O problema está relacionado às restrições de fornecimento sofridas pela Nexperia, uma fabricante de semicon-

dutores de origem chinesa cujo controle foi assumido pelo governo holandês no fim do mês passado. A China, em meio a uma disputa sobre propriedade intelectual com a Holanda, proibiu a exportação dos semicondutores, grande parte dos quais é embalada em território chinês. O vice-presidente brasileiro telefonou para o embaixador chinês no Brasil com o intuito de negociar e, em seguida, ligou para o embaixador brasileiro na China para excetuar o Brasil nessa crise



Montadoras e autopeças respondem por 20% da indústria de transformação

AN/MING/AP

de caráter geopolítico – já que o Brasil não se relaciona com os problemas, segundo a Pasta governamental.

O setor produtivo levou o pedido a Alckmin justamente na tentativa de levar o debate à esfera de governos. A ideia é “deixar bem claro” que, se o Brasil está fora do conflito de natureza geopolítica, não pode – e não deve – participar ou sofrer as consequências desse embargo. É o recado a ser passado para o governo chinês. Um argumento do setor privado ao MDIC é o peso setorial. A indústria automotiva e de peças responde por 20% da de transformação e sua paralisação pode impactar mais de um milhão de empregos diretos e indiretos. O auxiliar de Alckmin afirmou que o Brasil se compromete a manter os chips no mercado interno, sem interesse em

exportar. “Ou seja, o Brasil se compromete em assumir a rastreabilidade da compra desse chip e isso é fácil de ser feito”, completou Moreira.

A Anfavea tem alertado que o setor automotivo está em uma iminente crise de fornecimento, com os efeitos da escassez podendo ser sentidos já nas próximas duas a três semanas, afetando todos os segmentos dependentes, incluindo veículos leves, pesados e máquinas. O presidente da associação, Igor Calvet, reforça que diante do quadro uma articulação do governo brasileiro junto à China é fundamental para a reversão do cenário projetado. Além de Calvet, participaram da reunião no MDIC executivos da Abipeças, da Bosch e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. **D**

Com reportagem de Mauro Balhessa

## A crise na Holanda

A crise dos chips começou quando o governo holandês decidiu assumir o controle da fabricante Nexperia, uma gigante de semicondutores que atua naquele país, e é subsidiária do grupo chinês Wingtech – a qual foi incluída em uma lista de avaliações do governo dos Estados Unidos no ano passado (sinalizando-a como um possível risco à segurança nacional norte-americana). Em meio ao imbróglio geopolítico, a empresa holandesa passou a temer que a tecnologia fosse adquirida por sua proprietária chinesa. Como resposta, a China impôs restrições à exportação de componentes eletrônicos, o que já afeta a produção em algumas fábricas automotivas na Europa e arrisca parar as montadoras no Brasil.

Indústrias instaladas por aqui como Volkswagen, Stellantis, GM, Toyota, Hyundai, BYD, para citar algumas gigantes, poderão paralisar suas produções devido a escassez de chips. Nas últimas semanas, as indústrias de peças observaram redução significativa na disponibilidade de componentes eletrônicos essenciais para módulos de controle, sistemas de injeção e produtos de alta tecnologia aplicados em veículos leves, comerciais e industriais. Essa informação foi enviada a Alckmin antes da reunião realizada na terça, 28.

A atual crise remete a um cenário semelhante ao vivido durante a pandemia, rememorou recentemente a Anfavea. O impacto da falta de semicondutores afeta mais que o setor automotivo, mas uma gama de segmentos industriais que dependem desses componentes. Os chips estão por toda parte do carro, como qualquer tipo de acionamento do automóvel (como trancar portas), multimídia, painel de instrumentos, gestão do conjunto mecânico, e por aí vai. Para se ter uma ideia, um veículo moderno usa, em média, de mil a três mil chips. Sem esses componentes, as fabricantes não conseguem manter a linha de produção em andamento.



Fan store terá roupas e mais itens de edição limitada

## Show de consumo

Oasis não é algo apenas para se ouvir. Os fãs demonstram que é também para se vestir. A banda embarcou, nesta turnê, em uma tendência que conecta tours de grandes nomes da música a uma experiência de compra, atendendo ao desejo do público de usar roupas e acessórios que replicam o estilo dos artistas. Taylor Swift tinha merchandising oficial ligado à turnê "The Eras Tour", em 2024, com pop-up stores abertas em cidades por onde se apresentou. Neste ano, o giro de Beyoncé feito para o álbum "Cowboy Carter" contou com trailers e espaços que se transformaram em lojas de produtos para a turnê. As primeiras fan stores do retorno da banda de Manchester foram abertas na largada do Oasis Live '25, no Reino Unido — o primeiro show foi em Cardiff, em 4 de julho.

No Reino Unido foi a gravadora Warner Music Group que lançou lojas temporárias, por meio de sua divisão de produtos, WMX, vendendo as onipresentes camisetas a peças para crianças. Na cidade dos irmãos Gallagher, a primeira fan store foi aberta em 20 de junho — fãs teriam formado filas já de madrugada para serem os primeiros a adquirir uma roupa da turnê. Uma fintech especializada em pagamentos online divulgou em julho que os bucket hats tiveram suas vendas aumentadas em 79% no comparativo ano a ano. O Oasis Live '25 soma 41 apresentações, no total. Nesse trajeto, são 18 as fan stores, as últimas delas em Melbourne, Sydney (Austrália), Buenos Aires (Argentina), Santiago (Chile) e São Paulo, que fecha a turnê e o giro de compras.

# Moda Oasis

Banda britânica está de volta aos palcos — e suas fan stores reúnem marcas como a Adidas, que marcou o visual dos Gallagher nos anos 1990

Lena Castellón

Os fãs do grupo Oasis, que volta aos palcos dezesseis anos depois, já podem preparar o bolso para montar um guarda-roupa inspirado nos irmãos Noel e Liam Gallagher — os líderes da banda, marcados pela rivalidade. Foi uma das infindáveis brigas entre eles a causa do ponto final na trajetória do Oasis, em agosto de 2009, quando uma séria discussão entre eles nos bastidores de um festival resultou na guitarra de Noel quebrada. Agora de volta, o show no Brasil está marcado para 22 e 23 de novembro, no estádio do Morumbi, em São Paulo. A Adidas, uma referência do visual britânico adotado pelo Oasis (basta lembrar boa parte das fotos de Liam), não perdeu tempo. Pegou carona no movimento e anunciou o lançamento global da coleção "Oasis Live '25", uma linha de roupas que faz um revival dos

anos 1990. Modelos da marca, aliás, são um dos chamarizes disponíveis na fan store que vai abrir as portas poucos dias antes do show.

Nos anos 1990, vale lembrar, agasalhos e tênis da Adidas faziam parte do estilo que nasceu das arquibancadas de estádios de futebol no Reino Unido. Os irmãos Gallagher, torcedores fanáticos do Manchester City, adotaram o look, influenciando, por tabela, o público que curte suas músicas. A nova coleção da marca tem 26 peças clássicas em diversas cores. Entre os destaques estão agasalhos Firebird (favoritos de Noel), camisetas retrô de três listras (icônicas no visual de Liam em um jogo beneficente dos anos 1990), além de bucket hats (chapéus num estilo pescador, que escondem parte do rosto, que Liam costuma usar) e jaquetas esportivas.



## De volta aos palcos

O Oasis oficializou seu retorno aos palcos com um show em Cardiff, no País de Gales, em julho deste ano. A apresentação marcou a reunião dos irmãos Liam e Noel Gallagher, separados desde 2009 após uma briga nos bastidores que levou à saída de Noel da banda. Além da dupla, o grupo conta com Andy Bell no baixo, Gem Archer e Paul Arthurs (Bonehead) nas guitarras, e Joey Waronker na bateria — músico que já trabalhou com Beck, R.E.M. e Roger Waters. Ícone do rock britânico dos anos 1990, o Oasis marcou época com hits como Wonderwall, Don't Look Back in Anger e Champagne Supernova. A nova turnê inclui shows no Brasil, nos dias 22 e 23 de novembro, no estádio do Morumbi, em São Paulo. A agenda inclui, além do Reino Unido, Irlanda, Canadá, EUA, México, Austrália, América do Sul e Ásia.

Ali estarão à venda roupas masculinas, femininas e infantis – de camisetas a moletons – associadas à turnê. Na lista estarão à venda acessórios e produtos da nova coleção da Adidas. Entre as estampas das camisetas estão reproduções das artes de álbuns e singles clássicos da banda, como “Definitely Maybe”, “(What’s The Story) Morning Glory?”, “Wonderwall” e “Supersonic”. Outro item que promete atrair a atenção é o bucket hat.

As roupas da marca, especificamente, estarão disponíveis já a partir do dia 14 de novembro em suas lojas, em parceiros selecionados e no e-commerce (adidas.com.br/oasis). Os itens também poderão ser adquiridos nos estádios da turnê Oasis Live’25. Os preços da coleção variam entre R\$ 280 e R\$ 1.000. Até a banda se apresentar em São Paulo, no Morumbi, o grupo toca na Austrália, na Argentina e no Chile. A apresentação no Brasil encerra a turnê. Noel e Liam têm uma relação com a marca que já dura 30 anos. E isso é celebrado em uma campanha que divulga a coleção, “Original Forever”. O vídeo, que já está no YouTube, mostra momentos de shows em lugares como Heaton Park, Wembley e Rio, ao som do hit “Live Forever”. No fim, surgem os irmãos nos bastidores da volta da banda aos palcos, neste ano. **D**

Oasis oficializou o retorno em julho deste ano em um show no País de Gales

Além disso, a fan store em São Paulo vai operar na Projeto 2005, no Largo da Batata, em Pinheiros, a partir do dia 20 de novembro. A banda embarcou numa tendência que atrela grandes nomes da música à experiência de compra. Nos

shows no Reino Unido e na Irlanda, lojas oficiais Oasis Live’25 reuniram fãs interessados em comprar produtos da turnê e itens de edição limitada. Foram criados acessos por horários para que as pessoas possam visitar o espaço.

Adidas lança coleção especial que reúne itens como camisetas e agasalhos



TOM SHEEHAN

DIVULGAÇÃO

# Avião a etanol, Casas Bahia e Mastercard

Um novo complexo industrial para aeronaves no Rio Grande do Sul, parceria para ampliar vendas na web e um cartão para altíssima renda foram sucesso nas redes

## Projeto de R\$ 3bi no RS prevê fabricação de 50 aviões por ano e modelo movido a etanol

O Rio Grande do Sul receberá uma nova fábrica de aviões: um grande complexo industrial construído pela brasileira Aeromot, com previsão de produzir 50 aeronaves por ano até 2032. Batizado como AeroCITI (Aerocentro Integrado de Tecnologia e Inovação), o local prevê ainda abrigar um museu, hangares, um centro de pesquisa e até a fabricação do primeiro modelo de transporte de passageiros movido a etanol no mundo. O primeiro avião a ser fabricado será o Diamond DA62, bimotor apelidado de "SUV dos ares" pelo luxo oferecido em um modelo compacto, capaz de carregar até sete passageiros. O modelo é desenvolvido pela Diamond Aircraft, empresa de origem austríaco-canadense, atualmente sob controle do grupo chinês Wanfeng Auto Holding Group.



342 mil 3,4 mil

## Casas Bahia passará a vender no Mercado Livre; entenda o que está em jogo com a parceria

Casas Bahia começará a vender produtos no Mercado Livre a partir de novembro como parte de uma parceria comercial de longo prazo, informaram as empresas nesta quinta-feira, 23. A expectativa é que a parceria aumente a participação do Mercado Livre em segmentos como eletrônicos e eletrodomésticos no Brasil, ao mesmo tempo que impulsiona as vendas da Casas Bahia, disseram executivos das empresas.



215 mil 1,7 mil

## Quem pode ter e o que oferece novo cartão da Mastercard mais exclusivo que o Black

Com foco no consumidor de altíssima renda, a Mastercard criou uma nova categoria de cartão - o World Legend. Até então, o Black, lançado em 2006, era a categoria top. A marca foca em seu conceito 'Não tem preço' e mira na oferta de experiências mais que exclusivas para atrair o perfil de renda altíssima. O critério para os convidados a ter o novo cartão ficará a cargo do banco emissor, mas aponta como referência "a ponta da ponta" da pirâmide, os 1% mais ricos, ou com uma renda média mensal em torno de R\$ 90 mil. A bandeira fechou acordo com sete emissores até o momento: Banco do Brasil, Itaú, BTG, C6, PicPay, Sicoob e SIS Prime.



174 mil 393

## Estudo mostra que 77% das companhias listadas têm diversidade na liderança

Em 2025, 77% das empresas listadas na B3 já atendem aos critérios de diversidade em conselhos e diretorias, com presença feminina recorde em cinco anos. Apesar dos avanços, a representatividade racial e de pessoas com deficiência ainda é baixa.



818 40



833 30

## Medo de ficar para trás expõe o abismo de gênero nas empresas de tecnologia

Mulheres ainda enfrentam desigualdade de oportunidades e pressão extra para provar competência no setor de tecnologia, aponta novo relatório. Apesar dos avanços, elas seguem em minoria e dizem sentir "medo de ficar para trás" diante do equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

[www.istoedinheiro.com.br](http://www.istoedinheiro.com.br)

[TikTok: tiktok.com/@revistaistoe](https://www.tiktok.com/@revistaistoe)

[Instagram: instagram.com/istoe\\_dinheiro/](https://www.instagram.com/istoe_dinheiro/)

[LinkedIn: linkedin.com/company/istoe-dinheiro/](https://www.linkedin.com/company/istoe-dinheiro/)

[YouTube: youtube.com/@istoe\\_dinheiro](https://www.youtube.com/@istoe_dinheiro)

[X: x.com/istoe\\_dinheiro](https://x.com/istoe_dinheiro)

[Facebook: facebook.com/istoedinheiro](https://www.facebook.com/istoedinheiro)

## Palavra por palavra



**"A perspectiva apocalíptica [sobre o clima] está fazendo com que grande parte da comunidade climática se concentre demais em metas de emissões de curto prazo. Isso desvia recursos das coisas mais eficazes que deveríamos estar fazendo para melhorar a vida em um mundo em aquecimento"**

**Bill Gates**, fundador da Microsoft e filantropo, sobre mudanças climáticas às vésperas da COP30, marcada para novembro em Belém do Pará

**"Nas deliberações do comitê durante esta reunião, houve opiniões muito divergentes sobre como proceder em dezembro. Uma nova redução das taxas [em dezembro] não é uma conclusão inevitável, muito menos garantida"**

**Jerome Powell**, presidente do Federal Reserve (Fed), o banco central norte-americano, após o segundo corte na taxa de juros dos Estados Unidos



**"O presidente [Lula] ficou estarrecido com o número de ocorrências fatais que se registraram no Rio de Janeiro"**

**Ricardo Lewandowski**, ministro da Justiça e Segurança Pública, sobre a reação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Operação Contenção, apontada como uma das mais letais operações policiais da história do Brasil

**"Mal ou bem, a parte incontroversa da MP responde por 60% do problema que temos de resolver até o final do ano"**

**Fernando Haddad**, ministro da Fazenda, sobre a tentativa de aprovar partes da MP 1303/2025, que caducou e compensava arrecadação tributária do governo federal



**"A crise climática é uma crise de desigualdade. Os indivíduos mais ricos do planeta financiam e lucram com a destruição do clima, enquanto a maioria da população mundial paga o preço das consequências fatais do seu poder sem controle"**

**Amitabh Behar**, diretor-executivo da Oxfam Internacional, em relatório desta semana sobre as mudanças climáticas



# FGC: o escudo silencioso dos investidores brasileiros



**Diego Camacho**

é estatístico e CEO da Wealth Money

Quando o mundo enfrentava sucessivas crises econômicas na década de 1980 — da dívida latino-americana à quebra das Savings and Loans nos EUA e às falências bancárias no Brasil —, surgiu a necessidade de fortalecer a confiança no mercado. Criado em 1995, o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) nasceu de um pacto entre o Banco Central (BC) e a Febraban para proteger o pequeno e o médio investidor em caso de quebra de bancos ou outras instituições que captam depósitos.

O FGC atua como uma rede de segurança. Se um banco quebrou e o investidor tinha um CDB, LCI, LCA ou poupança, o Fundo reembolsa até R\$ 250 mil por CPF e por instituição, com limite global de R\$ 1 milhão a cada quatro anos. Essa proteção explica a popularidade dos títulos bancários entre investidores conservadores, que buscam previsibilidade, baixo risco e liquidez. Esse equilíbrio entre segurança e sustentabilidade do sistema proporcionado pelo FGC, contudo, exige vigilância constante — e é por isso que o Conselho Monetário Nacional (CMN) recentemente anunciou novas regras para o Fundo.

A partir de 1º de junho de 2026, entra em vigor uma norma que busca conter comportamentos de risco excessivo adotados por algumas instituições. A Contribuição Adicional (CA) cobrada dos bancos mais arriscados dobrará de 0,01% para 0,02% sobre os depósitos cobertos. Além disso, o “gatilho” para acionar essa cobrança — antes fixado em 75% do Valor de Referência (VR) — cairá para 60%, ampliando o número de instituições sujeitas à taxa maior. Bancos excessivamente alavancados, cujo VR ultrapassar dez vezes o patrimônio líquido ajustado, precisarão aplicar o excedente em títulos públicos. Na prática, a medida atua como freio para evitar apostas desmedidas que comprometam a estabilidade do sistema.

Essas mudanças terão impacto direto sobre o investidor. Bancos menores, que costumam oferecer CDBs com taxas mais altas, podem rever suas estratégias de captação, já que a contribuição extra ao FGC eleva o custo de atrair novos depósitos. Isso tende a reduzir o diferencial de rentabilidade entre

grandes e pequenos emissores. Para o investidor, o desafio é redobrar a atenção na hora de escolher onde aplicar. Diversificar entre instituições, respeitar os limites de cobertura e compreender o risco real tornam-se atitudes ainda mais relevantes.

Nem todos os investimentos, porém, contam com o amparo do FGC. É o caso do peer-to-peer lending (P2P), modalidade que conecta investidores e tomadores de crédito por meio de plataformas digitais. Regulamentado pelo BC desde 2018, o modelo oferece retornos mais altos e a sensação de investir na economia real, mas sem a cobertura do Fundo. Isso não significa ausência de proteção. As operações são formalizadas pela Cédula de Crédito Bancário (CCB), título que assegura ao credor direitos jurídicos em caso de inadimplência. Além disso, algumas plataformas adotam garantias reais, como imóveis ou recebíveis de vendas a prazo. São instrumentos diferentes do FGC, mas que também reduzem o risco e dão previsibilidade às operações.

Ao comparar o FGC com o P2P, percebe-se um contraste revelador. De um lado, a proteção coletiva, sustentada por todo o sistema bancário; de outro, a responsabilidade individual, em que cada investidor avalia diretamente as garantias e os tomadores. Ambos, contudo, compartilham o mesmo propósito — preservar a confiança. O FGC faz isso com um colchão de liquidez que evita o pânico em tempos de crise. O P2P aposta na transparência, tecnologia e diversificação para conquistar segurança.

Em última instância, o que está em jogo é a maturidade do mercado financeiro brasileiro. A ampliação das regras do FGC mostra que a estabilidade é um bem público a ser continuamente fortalecido, enquanto o avanço do P2P demonstra que inovação e segurança podem coexistir, desde que o investidor saiba onde pisa. O futuro da renda fixa — com ou sem garantia do Fundo — dependerá cada vez mais de educação financeira, disciplina e visão de longo prazo. E talvez essa seja a lição mais valiosa: segurança não é ausência de risco, mas a consciência de que ele existe e pode ser bem administrado. **D**

Paixão sobre rodas.



**MOTOR  
SHOW**

[www.motorshow.com.br](http://www.motorshow.com.br)

